

GOVERNO FALSEIA A REALIDADE

Em documento intitulado “A VERDADE SOBRE A BNCC” o governo procura dissimular as inúmeras críticas que vem recebendo por parte da sociedade civil, em especial por parte dos professores através de suas entidades representativas, com destaque para a APEOESP e a CNTE, mas também através de membros da academia e representantes do segmento estudantil pela proposta de reforma do ensino médio que o governo golpista do Temer tenta impor através de sua proposta para Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio.

No documento oficial que o governo tenta “armar” aqueles gestores que assumem a defesa cega da proposta do governo em questionar a forma e conteúdo, aponta sete questões.

1. Na primeira questão o documento do governo diz que a crítica de que a proposta da BNCC do ensino médio reduziria o conhecimento ofertado para todos os estudantes do ensino médio tornando “obrigatórias nas escolas brasileiras de Ensino Médio apenas as disciplinas de português e matemática” não seria verdade, pois a proposta do MEC “contempla os conhecimentos de todos os atuais componentes curriculares presentes no ensino médio”; completando ainda que “os componentes dos outros componentes, podem ser trabalhados de forma mais concentrada em uma parte do ensino médio”.

A VERDADE É QUE: O documento do MEC deixa muito claro que apenas Português e Matemática continuam como disciplinas, os demais componentes curriculares “não precisarão ser trabalhados apenas na forma disciplinar, mas também por meio de projetos, oficinas, núcleos de estudo etc.” (item 2 deste documento oficial do governo). Além disso, ao concentrar o conhecimento em determinada área do conhecimento (o exemplo do texto apresentado é a Química) significa na prática o fracionamento do conhecimento e o acesso a uma formação mais limitada por parte dos estudantes ao “optarem” por determinada área do conhecimento. Desta forma deixam de ter acesso a uma *formação básica comum*.

2. Neste item o documento oficial tenta iludir dizendo que seria falsa a crítica de que, com exceção de Português e Matemática, as outras disciplinas não seriam mais obrigatórias.

A VERDADE É QUE: Como já foi apontado no nosso desmentido da MENTIRA do governo no primeiro item, o conhecimento das diversas áreas seriam tratadas na forma de conteúdos tratados

em Projetos, etc e não mais de componentes curriculares. Primeiro é preciso perguntar qual será a formação do(a) profissional que abordará estes “Projetos, etc”, pois os profissionais que lecionam são licenciados para trabalharem e determinada área de conhecimento para a qual obteve formação (por exemplo: Biologia ou Ciências). Neste sentido, a OBRIGATORIEDADE afirmada pelo governo é sobre um dito conhecimento que poderia ser abordado por um profissional que não terá uma formação específica e com a profundidade necessária para exercer seu papel profissional.

3. Neste item o governo utiliza diversas mentiras: inicialmente ao afirmar que as críticas afirmam que “o currículo flexível poderá ser cumprido totalmente fora das escolas” e depois ao dizer que seria falsa a crítica ao processo de privatização do ensino.

A VERDADE É QUE: A proposta de BNCC do ensino médio é clara ao colocar a possibilidade de transferir até 40% do ensino médio regular e 100% da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para ensino a distância (EaD). Quem ofertaria a educação a distância? Seria a própria Secretaria da Educação ou instituições privadas que há tempos vem procurando entrar neste “nicho” promissor.

4. O documento do governo responde que não seria verdade que a proposta de BNCC serviria “para dificultar cada vez mais o ingresso da população de baixa renda na universidade”.

A VERDADE É QUE: Primeiramente o documento escamoteia tratando de evasão, repetência e abandono para responder a questão do ingresso nas universidades. Nenhuma proposta para reduzir o abandono escolar pode ser imposta de forma vertical sem uma real discussão com a comunidade escolar. Em relação às condições para que os estudantes possam ingressar no ensino superior é evidente que ao retirar todos os conteúdos que hoje são tratados por profissionais com formação adequada naquela área e reduzir apenas a uma área de conhecimento de “opção”, que na realidade será ofertada pelo Sistema de Ensino; esta possibilidade ficará cada vez mais remota. Outra realidade será dos estudantes das escolas particulares que continuarão a ter acesso ao conjunto das disciplinas e conteúdos para não serem prejudicados em seu objetivo de ingresso nas melhores instituições de ensino superior. Com isso vai se aprofundando o abismo social entre os filhos da classe trabalhadora e os filhos da elite no Brasil.

5. Neste item o documento do governo afirma que, ao contrário da crítica da sociedade civil organizada, não haverá redução do número de professores.

A VERDADE É QUE: Ora, na medida que a proposta de reforma garante apenas as disciplinas de Português e Matemática como obrigatórias, sendo que os demais componentes curriculares possam ser trabalhados como conteúdos na forma de projetos (não se sabe que irá trabalhar estes projetos); introduz a possibilidade de que até 40% do ensino médio regular e 100% da EJA sejam ofertadas por ensino a distância (neste caso não se sabe quem ficará responsável pela

oferta, mas o próprio governo já vem elogiando as experiências de grupos privados que já operam nesta área) e parte das aulas possam ser oferecidas a trabalhadores em formação específica para o magistério (basta ter “notório saber”), não é difícil entender onde terminará essa história.

6. Neste item o documento do governo, mais uma vez, tenta dissimular induzindo o leitor a acreditar que a parte do ensino médio que será ofertada através de educação a distância (EaD) seria apenas para “suporte ao trabalho do professor em sala de aula”.

A VERDADE É QUE: se apenas o suporte ao professor seria EaD isso não precisaria interferir na parte curricular, no limite na questão da jornada do professor. Mais uma vez o governo tenta fazer uma “cortina de fumaça”.

7. Neste item o documento do governo que procura orientar os gestores a não deixarem que ocorra o debate democrático nas escolas há mais uma tentativa de falsear o debate ao dizer que a proposta de BNCC não possibilitará a precarização maior das relações de trabalho no magistério.

A VERDADE É QUE: Primeiramente vale lembrar que o documento original não distinguia que áreas do conhecimento poderiam ser trabalhadas por profissionais de “notório saber”. Apenas depois de forte crítica na mídia e forte mobilização dos profissionais o governo Temer através do MEC limitou a possibilidade de que profissionais de “notório saber” possam lecionar APENAS NA EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL. Ora, mesmo para os profissionais de apoio escolar – que exercem funções de limpeza, secretaria, etc. - hoje se exige uma formação técnica específica para serem enquadrados como “profissionais da educação” . Para a escola, como instituição específica do saber, para desempenhar de forma adequada as suas atribuições, mesmo no ensino técnico requer que os professores desta área tenham capacitação didático pedagógico para desempenhar suas funções. Eles não estão trabalhando com peças, mas com jovens, com seres humanos.

Finalmente, além da foram autoritária como este governo vem tentando impor uma proposta de mudança no ensino médio, através de um debate em poucas horas a partir de um documento base de mais de 500 páginas, não podemos esquecer que este mesmo governo congelou os investimentos na educação por 20 anos, retirando toda possibilidade de uma educação pública de qualidade no Brasil no próximo período. Desta forma só nos resta rejeitarmos esta proposta de BNCC do MEC.